

ENERGIA

Combustíveis Foi há 30 anos que arrancou a construção da rede de gasodutos no país

Poderá Portugal viver sem gás?

Textos MIGUEL PRADO

verão de 1994 foi quente em Coimbra. “Se eles me garantirem, à partida, que realmente me deixam tirar o milho, pois aí a conversa já será outra. Se chegarem aqui e invadirem a seara toda por aí acima e eu receber o dinheiro que está indicado, então cada vez estou mais pobre”, lamentava um dos agricultores ouvidos pela RTP nos protestos contra os termos das expropriações para a construção do gasoduto da Transgás que ligaria Setúbal a Braga. Em 1997 a obra ficaria concluída, iniciando-se o fornecimento a um cliente industrial de referência: a Autoeuropa. Estavam também criadas as condições para modernizar o sistema elétrico nacional, apostando em centrais de ciclo combinado a gás, com emissões de dióxido de carbono mais baixas do que as das termoeletricas a carvão.

Passados 30 anos do arranque da construção da rede de gasodutos em Portugal, os operadores do sector estão confrontados com as metas de descarbonização e vários desafios para o negócio do gás natural: a eletrificação de consumos tenderá a reduzir a procura daquele combustível, mas, como haverá áreas mais difíceis de eletrificar, também está a ser testada a incorporação de gases renováveis, como o biometano e o hidrogénio verde. Que futuro terá o gás natural em Portugal?

O diretor executivo da APEG — Associação Portuguesa das Empresas de Gás, Álvaro Laranjo, sublinha que o gás natural “desempenha no processo de transição energética um papel crucial como fonte de energia estável, versátil, segura e menos emissora de dióxido de carbono”. E nota que, como Portugal foi um dos últimos países europeus a apostar neste combustível, o país tem “uma rede moderna e jovem por comparação com as dos outros países da União Europeia”. E “apta para receber gases renováveis”, acrescenta o mesmo responsável.

O presidente executivo da REN — Redes Energéticas Nacionais, Rodrigo Costa, nota que “neste momento ainda há muitas incertezas”, que tornam di-

fícil prever o momento em que o país deixará de precisar do gás natural. O gestor admite que “15 a 20 anos será uma expectativa razoável” para o período no qual Portugal continuará a recorrer ao gás. “As centrais [de ciclo combinado] que existem hoje podem funcionar mais 15 anos, desde que as manutenções sejam bem feitas”, afirma ao Expresso. Por outro lado, o sistema elétrico, que é o principal consumidor de gás natural no país, está em transformação. “A tecnologia das baterias irá evoluir. E a utilização da reserva hídrica vai melhorar”, nota.

Com a crescente incorporação de renováveis perspectiva-se que o gás tenha um peso cada vez menor na produção elétrica. As centrais de ciclo combinado poderão vir a ter volumes de produção residuais, mas funcionarão como uma garantia de segurança para a rede, mobilizável sempre que a combinação de hídricas, eólicas, fotovoltaicas e baterias seja insuficiente para a procura.

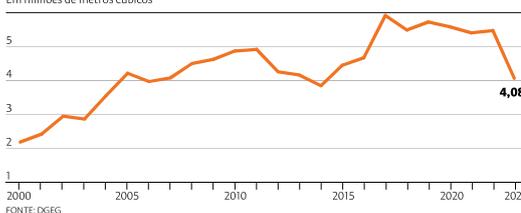
O consumo de gás no país encolheu nos últimos anos. Em abril, Portugal tinha um consumo anualizado (nos últimos 12 meses) de 4,04 mil milhões de metros cúbicos (bcm, na sigla em inglês), menos 18% do que os 4,95 bcm consumidos um ano antes, segundo a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). Mas ainda em 2019, antes da pandemia, a economia nacional estava a consumir quase 5,8 bcm: em cinco anos desapareceu 30% da procura. Isso explica-se pela menor produção nas centrais de ciclo combinado e pela queda no consumo das cogerações (produção simultânea de eletricidade e calor para a indústria). E surge então um desafio: há menos consumo sobre o qual diluir os custos fixos das infraestruturas de gás, o que pressiona em alta os encargos de

ÁLVARO LARANJO, DA APEG, DEFENDE QUE O GÁS TEM “UM PAPEL CRUCIAL” COMO FONTE DE ENERGIA SEGURA E “VERSÁTIL”



IMPORTAÇÕES DE GÁS NATURAL

Em milhões de metros cúbicos



FONTE: DGEG

quem, entre famílias e empresas, ainda usa este combustível. Rodrigo Costa admite que “estas alterações podem ter repercussões nos custos” para quem continue a consumir gás natural.

A incorporação de gases renováveis poderá contribuir para descarbonizar os consumos energéticos, aproveitando as infraestruturas gasistas já existentes. Gabriel Sousa, presidente da Floene (empresa que explora várias concessões de distribuição de gás em Portugal), enfatiza o potencial do biometano (obtido por via da digestão anaeróbica de resíduos). “Pode ser injetado já hoje na rede e consumido por todos os atuais consumidores de gás natural, não necessitando de qualquer adaptação de rede ou equipamentos. O que significa uma solução renovável acessível a todos, sem necessidade de investimento em novos equipamentos e permitindo assim uma transição fácil e com custos significativamente inferiores”, sublinha o gestor ao Expresso.

Movimentos de protesto, como o grupo Climáximo, têm contestado a aposta no hidrogénio verde, defendendo que é uma forma de prolongar no tempo o uso do gás fóssil e das suas infraestruturas. O programa do atual Governo é

telegráfico quanto a este tema, dizendo apenas que pretende “reforçar as capacidades de armazenamento energético, seja ao nível da eletricidade ou dos gases renováveis”. No entanto, em junho, o Ministério do Ambiente e Energia anunciou o lançamento de um novo aviso do Fundo Ambiental para apoiar com €70 milhões novos projetos de gases renováveis.

A emergência de novos pontos de produção de biometano e hidrogénio verde pode criar no sector do gás algo similar ao que aconteceu na última década no sistema elétrico: descentralização. Gabriel Sousa acredita que isso levará a uma necessidade de mais investimento (e não menos) no sector. “As redes de gás passarão também a assegurar a ligação aos novos pontos de produção de gases renováveis, passando de um atual cenário de centralização dos pontos de injeção (Sines, Campo Maior e Tui) para um cenário de centenas de pontos de injeção na rede dispersos pelo território nacional. Também por esta razão é expectável um alargamento da rede nos próximos anos”, observa o gestor da Floene, que ainda aguarda que o Estado aprove os planos de investimento apresentados pela concessionária em 2022.

Até ao momento, indicou ao Expresso, a Floene já recebeu mais de 150 pedidos para ligar à rede de gás projetos de produção de gases renováveis.

Álvaro Laranjo, da APEG, considera que “um dos fatores mais relevantes é, sem dúvida, a rapidez dos licenciamentos das entidades produtoras de energias renováveis”. O dirigente admite que o leilão para gases renováveis e os apoios do Fundo Ambiental são “passos relevantes”, mas diz ser necessário o aparecimento destes projetos, o que pode passar pelo “incentivo ao upgrade das atuais unidades de produção de biogás” ou outros mecanismos.

No essencial, estes novos investimentos servirão para descarbonizar os volumes hoje consumidos de gás natural, mas que não têm perspectivas de crescimento, ao contrário da procura de eletricidade, que tenderá a crescer nas próximas décadas. “Não é de maneira nenhuma expectável o crescimento da procura de gás natural”, admite o presidente executivo da REN, para constatar que em termos de capacidade de armazenamento em Portugal “estamos muitíssimo bem”, com a combinação dos tanques em Sines e das cavernas no Carrigo (Pombal) a dar “uma boa resposta”.

Em 2023, o gás natural representou 9,4% do consumo de energia final no país, segundo a DGEG. E a redução do seu uso na produção de eletricidade foi a principal razão da melhoria do indicador de dependência energética do exterior. A Lei de Bases do Clima prevê que o mais tardar em 2040 o país deixe de usar gás natural para produzir eletricidade. Mas o total abandono deste combustível só será possível se a aposta em gases renováveis funcionar e a eletrificação de consumos acelerar.

mprado@expresso.imprensa.pt